



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALE DO RIBEIRA-SP: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ana Léa Martins Lobo¹

Resumo: O presente artigo visa apresentar reflexões acerca do trabalho profissional do(a) assistente social em atuação na política de Assistência Social, na região do Vale do Ribeira-SP, sob a ótica da formação acadêmico-profissional, evidenciando as múltiplas determinações que incidem no mundo do trabalho, os processos contraditórios da Educação Superior brasileira e seus rebatimentos no Serviço Social.

Palavras-Chave: Trabalho profissional. Formação profissional. Ensino superior.

Abstrac: This article aims to present reflections on the professional work of the social worker working in the Social Assistance policy in the Vale do Ribeira-SP region, from the point of view of the academic-professional formation, evidencing the multiple determinations that affect the world of work, the contradictory processes of the Brazilian Higher Education and its repercussions in Social Work.

Keywords: Professional Work; Professional education; Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de pesquisa realizada para obtenção de título de mestre em Serviço Social, onde busca-se analisar o trabalho do(a) assistente social que se encontra em atuação na política de Assistência Social na região do Vale do Ribeira, sob a ótica da formação acadêmico-profissional, estabelecendo uma aproximação crítica aos processos de trabalho nos quais se insere o(a) assistente social, ponderando os desafios teóricos, técnicos, éticos e políticos que se interpõem no espaço institucional, bem como os recursos mobilizados para enfrentá-los. Nesse sentido, traz-se aqui, algumas reflexões importantes que foram observadas durante o processo de desenvolvimento do trabalho.

A unidade empírica da pesquisa, o Vale do Ribeira – região que recebe esse nome em decorrência da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Trata-se de uma microrregião localizada ao Sul do estado de São Paulo, esta região se destaca por suas fortes raízes culturais, com população composta por indígenas, caiçaras, quilombolas, franceses, poloneses, húngaros, judeus, eslavos, italianos, ingleses, russos, alemães, japoneses e chineses, que formam uma vasta diversidade e miscigenação cultural, raramente encontrada em outras regiões brasileiras. Esses aspectos mantêm-se preservados até os dias de hoje, sendo expressos, por exemplo, através das festas

¹ Profissional de Serviço Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). E-mail: anala.martinslobo@gmail.com.

tradicionais realizadas nos municípios, ressaltando os costumes e os modos de vida da população.

Em comum entre as localidades da região, percebe-se a forte presença de práticas assistencialistas municipais, cujas relações sociais são marcadas pela troca de favores no espaço público. Essa circunstância incide diretamente na atuação do(a) assistente social, uma vez que os principais empregadores desse(a) profissional são prefeituras municipais que, de modo geral, reproduzem as características do mercado de trabalho atual, tais como os baixos salários e a precarização das condições de trabalho.

Para alcançar os objetivos da pesquisa concretizada, realizou-se revisão bibliográfica em produções acadêmicas ligadas às temáticas relacionadas ao seu respectivo objeto, além da pesquisa de campo com profissionais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (Proteção Social Básica) e em Instituições de Acolhimento de Longa Permanência (Proteção Social de alta Complexidade), nos municípios da região administrativa de Registro - Vale do Ribeira. Faz-se relevante destacar que se optou pela escolha de profissionais com formações acadêmicas provenientes das modalidades de ensino presencial e à distância.

As profissionais entrevistadas têm entre 22 e 51 anos de idade e concluíram a graduação entre os anos de 2010 a 2016. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos perfis.

TABELA 1 – Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Tipo de instituição onde cursou a graduação	Modalidade de Ensino	Durante a graduação teve algum auxílio?	Durante a graduação trabalhou?	Em seu núcleo familiar, há mais pessoas que possuem nível superior?	Serviço em que atua
Entrevistada1	31	Instituição Privada com fins Lucrativos, Autarquia Municipal	Presencial	Sim, bolsa da Universidade	Sim	Sim	CRAS
Entrevistada2	30	Instituição Privada com fins Lucrativos	EdE	Não	Sim	Sim	Serviço de Acolhimento
Entrevistada3	37	Instituição Privada com fins Lucrativos	EdE	Não	Sim	Não	CRAS
Entrevistada4	25	Instituição Privada com fins Lucrativos	EdE	Sim, Proim	Sim	Não	CRAS
Entrevistada5	23	Instituição Privada com fins Lucrativos	Presencial	Sim, bolsa Escola da Família	Não	Não	CRAS
Entrevistada6	51	Instituição Pública Federal	Presencial	Não	Não	Sim	CRAS
Entrevistada7	25	Instituição Pública Estadual	Presencial	Sim, bolsa de iniciação Científica CNPq	Não	Sim	Serviço de Acolhimento

Como pode ser observado na tabela acima, a amostra buscou privilegiar as diferentes naturezas jurídicas das instituições, com profissionais que cursaram Serviço Social em instituições privadas com fins lucrativos, autarquias municipais, instituições

públicas federais e instituições públicas estaduais, cruzando com modalidades de ensino presencial e à distância (nesse universo destaca-se o ensino semipresencial, acoplado ao EaD, mas com características peculiares na região por proporcionar encontros semanais entre as turmas). Com isso, procurou-se obter maior diversidade nos aspectos relacionados ao processo de formação e sua relação com a atuação profissional, evidenciando assim, as especificidades de cada modalidade de ensino.

Das sete profissionais entrevistadas, três delas foram as primeiras a concluir o Ensino Superior em seu núcleo familiar, destacando-se, contudo, que duas concluíram a graduação na modalidade à distância (uma com bolsa PROUNI), e a outra, no ensino presencial privado, com bolsa “Escola da Família”². Evidencia-se assim que, das três profissionais que foram as primeiras a concluir o Ensino Superior em suas famílias, duas delas cursaram com bolsas do Governo Federal e do governo estadual, demonstrando a origem social da classe trabalhadora mais empobrecida. É pertinente destacar que, através do acesso à Educação Superior privada, vislumbram uma possibilidade de ascensão social. Contudo, como já apontou Antunes (2012a), o acesso ao Ensino Superior não é garantia de ascensão, e nem de Educação de qualidade, questão que será retomada a partir dos dados das entrevistas.

Com relação a exercer trabalho remunerado durante a graduação, das sete entrevistadas, quatro delas exerceram atividades remuneradas durante os quatros anos de graduação, tendo três cursado Serviço Social na modalidade à distância. As demais que não trabalharam durante a graduação cursaram Serviço Social presencial, sendo duas em universidades públicas. Chama-se atenção para as duas profissionais que cursaram universidades públicas, pois se dedicaram exclusivamente à graduação, ficando claro que tinham uma sobrecarga de estudos. Isso porque desenvolviam pesquisa e extensão concomitantemente ao ensino e, para manterem-se na universidade, contavam com o apoio financeiro de familiares. Nota-se também que as profissionais que cursaram o ensino à distância, tiveram maior flexibilidade na conciliação dos estudos com o trabalho, tendo em vista que também necessitavam arcar com os custos de manutenção da faculdade e da própria sobrevivência, sendo que duas profissionais se tornaram mães enquanto cursavam a faculdade.

No que se refere à atividade que exercem na política municipal de Assistência Social, cinco profissionais estão em atuação no CRAS e duas em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Ressalta-se aqui que a pesquisadora encontrou dificuldades em dialogar com profissionais em atuação em instituições de média complexidade, devido ao

²Programa do estado de São Paulo no qual os estudantes de graduação fazem trabalho voluntário nas escolas estaduais durante os fins de semana, recebendo, em contrapartida, bolsas integrais ou parciais descontadas na mensalidade.

fato de apenas três municípios da região possuírem CREAS. Os demais ainda estão organizando o atendimento desse nível de proteção que, comumente, é realizado pelos departamentos municipais.

A partir deste arcabouço inicial, apresentaremos agora os principais resultados obtidos nesta pesquisa.

2. TRABALHO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA NO SISTEMA CAPITALISTA

2.1 O trabalho e sua relação com o processo de mercantilização da Educação Superior no Brasil.

O emprego da força de trabalho é, em suma, o próprio trabalho; assim como aponta Marx (2013), a força de trabalho em ação é o próprio trabalhador. Para que o trabalho adentre ao universo da mercadoria, é preciso que ele se constitua como valor de uso, “isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo” (MARX, 2013, p.255). Sendo assim, o processo de trabalho independe de uma forma social determinada, pois ele é a interação do indivíduo com a natureza, em que, em decorrência dessa ação, ambos se transformam.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255)

O processo de trabalho se põe então, como uma atividade que se desenvolve a partir dos meios de trabalho, operando uma transformação na natureza (objeto) a partir de uma finalidade pensada previamente, para a satisfação de necessidades humanas. Esse processo de trabalho se extingue no produto, ou seja, naquilo que foi produzido a partir desse movimento, havendo assim, a incorporação do trabalho ao seu objeto. “[...] O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma de ser. Ele fiou, e o produto é um fio.” (MARX, 2013, p.258), esse, portanto, terá valor de uso.

Contudo, no capitalismo, o trabalho pensado inicialmente como transformação da natureza para a satisfação das necessidades, é sobreposto por seu caráter abstrato e alienado, transformado em mercadoria para o capital. Assim “não importa mais o caráter útil do trabalho que produz valores de uso, mas sua natureza de produtor de valores de troca.” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 07).

[...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo. (FINELLI, 2003 apud IAMAMOTO, 2015, p.52).

Sendo assim, nessa forma de organização social, o trabalho individual dos produtores só adquire caráter social através do valor, expressando-se então como valor mercantil (valor de troca), representando a integração reificada entre os indivíduos sociais. O produto que se torna mercadoria e se insere no reino do valor será trocado por um equivalente; no capitalismo se põe como dinheiro.

“O dinheiro e a mercadoria são formas elementares de capital e o ponto de partida necessário do processo imediato da produção de mercadorias, patamar indispensável para a sua transformação em capital, que supõe uma relação de compra e venda estabelecida entre os capitalistas e a força de trabalho”. (IAMAMOTO, 2015, p.63)

Para Marx, a mercadoria aparece como um produto do capital e apresenta-se como valor de uso e valor de troca. “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material [*stofflichen Inhalt*] da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 2013, p. 114). Já o valor de troca “aparece inicialmente como relação quantitativa, a proporção na qual, valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço.” (idem, p.114).

Portanto, os objetos só se tornam mercadorias quando se apresentam sob duplo aspecto: como objetos de uso e como suportes de valor. Ao mesmo tempo, as mercadorias só possuem valor enquanto expressão do trabalho humano, “trabalho humano corporificado, materializado, trabalho humano abstrato”. (idem, p. 116)

Diante desse quadro expresso pelo mundo do capital, a Educação como um todo, tende a se tornar mercadoria, participando assim do processo de valorização do capital como valor de troca. Sob essa perspectiva, nota-se que a Educação Superior no Brasil é, hoje, uma das mercadorias mais rentáveis para a produção capitalista mundial, relacionando-se diretamente com o mundo do trabalho expresso nesse sistema.

O Acordo MEC-USAID, consagrado entre a ditadura militar e o imperialismo norte-americano. O caminho desenfreado da privatização do Ensino Superior no país é fruto, porém, dos ajustes macroeconômicos para América Latina, a partir de 1989, com o Consenso de Washington, firmado pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o governo norte-americano. (p.03)

Conforme evidenciou Abramides (2009), os processos de ajustes macroeconômicos, encabeçados pelo Banco Mundial junto aos organismos das Nações Unidas para a Educação que, sob uma aparência de ampliação da Educação, acabam por massificar um

ensino técnico, “concebido como transmissão de informações, treinamentos, instrução e capacitação, absolutamente desarticulado da pesquisa e da produção do conhecimento” (LIMA, 2009, p. 06).

Nessa nova fase, o capitalismo incide na busca por estratégias de “enfrentamento à crise que atravessa no sentido de elevar suas taxas de produtividade, transformando todas as esferas da vida social em áreas potencialmente lucrativas” (LIMA, 2012, p.01). A Educação Superior, por conseguinte, insere-se em um amplo processo de massificação e mercantilização preconizado também pelas políticas das organizações internacionais para países da periferia do capitalismo.

Nota-se que, a partir dos anos 1990, há uma ampliação de acesso ao Ensino Superior, tanto pela via presencial como pelo ensino à distância. Tal situação deve ser analisada com muita cautela, tendo em vista que se apresenta como algo positivo, mas, ao mesmo tempo, estabelece-se em meio a restrições e precarizações inerentes a esse modo de produção.

Desse modo, é necessária a compreensão, dos processos contraditórios que se relacionam ao trabalho e à mercantilização da Educação Superior, tendo em vista que se põe, ao mesmo tempo, como possibilidade de ascensão para aqueles trabalhadores que, historicamente, vinham sendo incluídos em afazeres braçais, sem ter acesso a uma experiência que pudesse fazer uma mudança qualitativa em seu modo de vida. Porém, a conjuntura é desfavorável ao trabalhador, corroborando ainda mais para o processo de alienação e exploração dessa classe, visto que os trabalhadores, mesmo aqueles com ensino superior, serão inseridos em postos de trabalho precarizados, tornando o trabalhador flexível, mecanizado e descartável, da mesma forma como foi o seu processo educativo.

2.2 As particularidades do desenvolvimento profissional do Serviço Social brasileiro e sua atuação na política de Assistência Social.

O Serviço Social, profissão que surge no Brasil em meados dos anos 1930, consolida-se em um momento peculiar de desenvolvimento das forças produtivas do capital e do surgimento de necessidades sociais que demandavam uma intervenção especializada nessa nova realidade. Com o aprofundamento da divisão do trabalho, emergem múltiplas profissões destinadas à operacionalização das políticas e dos serviços sociais, visando à garantia do pleno funcionamento e da reprodução do sistema capitalista.

Nos anos 1980, com a incorporação do marxismo e do método dialético pela profissão, Iamamoto e Carvalho (1982) inauguram a análise do significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Assim, tem

como particularidade sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, reconhecendo o(a) assistente social como trabalhador(a) assalariado(a) que vende sua força de trabalho em troca de um salário.

É nesse solo histórico que emerge o chamado projeto ético-político profissional, que expressa não só um projeto para a profissão, mas também um projeto macro societário, fruto principalmente da organização da categoria e de sua qualificação teórico-política, construída ao longo de sua trajetória socio-histórica, buscando romper com os traços conservadores que impregnam a profissão.

Em suas produções mais recentes, Iamamoto destaca a contradição que permeia o Serviço Social na atualidade, tendo em vista que o(a) assistente social, como um(a) trabalhador(a) assalariado(a), tem seu trabalho inscrito no reino do valor na sociedade mercantil, ao mesmo passo que possui um projeto profissional construído coletivamente, comprometido com a transformação dessa realidade social. Sendo assim, calcado em princípios ético-políticos em defesa da liberdade, contra todas as formas de autoritarismo e na luta constante pela justiça e igualdade social.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. (IAMAMOTO, 2015, p.416)

Esse dilema pode ser apreendido pelos profissionais de campo, quando expressam no recorrente reclamo “na prática a teoria é outra”, fala inclusive dita por alguns profissionais que participaram da pesquisa empírica deste trabalho. Contudo, cabe romper com essas análises unilaterais, que enfatizam ora um polo, ora outro, para captar que o profissional se insere justamente nas relações contraditórias do modo de produção capitalista. Sendo assim, um “[...] desafio é romper as unilateralidades presentes nas leituras do trabalho do(da) assistente social com viés ora fatalistas, ora messiânicos, tal como se constata no cotidiano profissional “. (IAMAMOTO, 2015, p. 417).

No que se refere à política de Assistência Social, o(a) profissional que está em atuação nessa área apresenta algumas especificidades em seu trabalho que, ao longo desta pesquisa, serão abordadas. Considerado um dos mais antigos campos de trabalho do(a) assistente social, após a implantação do SUAS em 2005, ampliam-se as possibilidades de trabalho profissional, bem como novos espaços ocupacionais são criados e organizados sob a lógica de hierarquização entre proteção social básica e especial (média e alta complexidade) proposta por esse Sistema. As unidades de referência do SUAS - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência da População em Situação de Ruas

(Centro POP) - são hoje os maiores empregadores na área e demandam novas habilidades e competências profissionais, já que “as demandas desafiam os/as assistentes sociais a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhes são requisitadas [...]” (RAICHELIS, 2011, p.753).

Fica evidenciado que o trabalho do(da) assistente social se põe em meio a um processo complexo e contraditório, demandando uma análise crítica dessa realidade. Entretanto, nem sempre foi preparado(a) pela formação acadêmico-profissional recebida para assim proceder.

3.3 O Trabalho Profissional na Política de Assistência Social: os desafios presentes no cotidiano e sua interface com a formação profissional.

Neste item, busca-se apresentar alguns elementos coletados na pesquisa de campo que se referem aos desafios presentes no processo de trabalho profissional. As principais ações cotidianas e os desafios que, de forma intrínseca, foram apontados pelas profissionais, são apresentados de maneira abreviada. Diante disso, é notório que o trabalho nas instituições da política de assistência social tem como principal finalidade o fortalecimento de vínculos familiares, ações que visam a prevenção dos riscos sociais, e a promoção do acesso aos benefícios de transferência de renda. Trata-se de um trabalho socioeducativo, que deve ser pensando em meio a articulação com as demais políticas públicas. Como resultado de pesquisa as profissionais entrevistadas evidenciam que os desafios profissionais se colocam no âmbito estrutural dos serviços, ou seja, a falta de recursos humanos, ausência de infraestrutura adequada para realização do atendimento/acompanhamento, e que muitas vezes frente a esses desafios, as ações profissionais podem ficar comprometidas.

Quando perguntou-se se à formação profissional que obtiveram durante a graduação forneciam os subsídios para o enfrentamento e resolução dos desafios encontrados, identifica-se que as respostas obtidas de todas as profissionais provindas da graduação na modalidade à distância, pontuam sobre a impossibilidade do enfrentamento dos desafios profissionais e de traçar estratégias de ação com base somente na formação que tiveram, problematizando que a formação acadêmica não apresentou subsídios, em função das fragilidades do ponto de vista teórico-prático. No entanto, como bem explicitaram, todas têm buscado em seu dia a dia, construir respostas a esses desafios, de forma a superá-los, seja através de leituras (conforme pontua a entrevistada 3), seja pela própria experiência adquirida no cotidiano e/ou em conversa com outros profissionais (assim como apontam as entrevistadas 2 e 4). Das quatro profissionais que cursaram o ensino presencial, três delas

(1, 6 e 7) reconhecem que a formação que obtiveram oferece elementos para que, no trabalho profissional, consigam ver resolubilidade para os desafios cotidianos citando, inclusive, a teoria crítica como principal subsídio para tal ação. Nessa situação, observou-se que a Entrevistada 5 não conseguiu fazer tal análise, sobretudo, levando-se em consideração o pouco tempo de atuação na área, o que pode acarretar uma dificuldade maior na identificação dos desafios mais contundentes do trabalho profissional, além da pouca familiaridade com a política de Assistência Social.

Outro ponto de destaque relaciona-se às atribuições dos(as) assistentes sociais na política de Assistência Social, que demandam a esse(a) profissional ações de cunho fiscalizador e punitivo, com base nisso, nota-se que há uma confusão entre as profissionais entrevistadas sobre atribuições institucionais e atribuições profissionais, sendo que essa confusão perpassa a maioria das profissionais, independente da modalidade de ensino em que cursou sua graduação. Sobre isso é importante destacar que o trabalho do(a) assistente social nesse espaço ocupacional, ou em qualquer outro, deve promover de forma crítica o acesso da população aos seus direitos, buscando romper com ações conservadoras, disciplinadoras e moralizadoras da profissão. Mas sabe-se que, muitas vezes, os empregadores exigem competências profissionais que vão “na contramão” das atribuições profissionais definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão.

Contudo, mesmo com as confusões que se estabelecem no cotidiano do trabalho, observa-se que os(as) assistentes sociais têm se organizado coletivamente para a defesa das atribuições e competências profissionais no âmbito da política de Assistência Social, resistindo à prescrição das suas atividades pelos governos locais, sem deixar de considerar os processos contraditórios intrínsecos às políticas sociais do Estado capitalista, porém na região do Vale do Ribeira estes espaços são promovidos pelo Núcleo de Assistentes Sociais da região que tem ligação com o Conselho Regional de Serviço Social – 9ª região, do qual fazem parte a Entrevistada 7 e Entrevistada 4.

3. CONSIDERAÇÕES

Os autores que serviram como base teórica de reflexão sobre a temática estudada ressaltam sobre o fato de os processos de trabalho terem relação com a ação educativa, elementos fundamentais para o desenvolvimento do ser social. Entretanto, como foi apresentado no sistema capitalista, a lógica é a Educação para o trabalho, uma Educação “pragmática técnico-científica” (ANTUNES, 2012), que forma profissionais preparados para operar as políticas sem desprender um olhar crítico para as demandas cotidianas, fato que se intensifica nas diferentes modalidades de Ensino Superior.

Contudo, não se pode afirmar que a modalidade de ensino é determinante para o trabalho profissional, pois, durante a pesquisa, houve situações relatadas pelas profissionais oriundas da modalidade de ensino à distância que em seu cotidiano, têm buscado apreender a teoria social crítica, bem como realizar articulações com movimentos sociais da classe trabalhadora, visando à organização coletiva, fortalecendo as lutas coletivas e contribuindo para a consolidação do Projeto Profissional. Ao mesmo tempo, profissionais da modalidade presencial, também exprimem em seu trabalho profissional ações de cunho imediatista e tecnicista, que não objetivam a leitura crítica e dialética da realidade. Nesse sentido, não se faz aqui uma análise determinista que atribui somente ao ensino à distância ou ao presencial os problemas da formação. Ao contrário, evidencia-se que a Educação Superior brasileira está em crise e precisa ser revista. Sem dúvida, seus reflexos são notórios, inclusive em alunos egressos das universidades públicas.

Observou-se ainda que a formação em Serviço Social, na atualidade, carrega consigo um misto de elementos e diferenças substanciais no que se refere às modalidades de ensino. Identifica-se que aqueles profissionais procedentes de uma formação frágil e aligeirada, expressada principalmente (mas não exclusivamente) pelo ensino à distância, encontram maiores dificuldades de enfrentamento dos desafios profissionais em seu trabalho cotidiano, já que essa formação garantiu poucos instrumentos que possibilitassem ao aluno fazer mediações entre a teoria crítica e a prática profissional. Ressalta-se ainda que, mesmo os alunos da modalidade do ensino presencial, também apresentam essas dificuldades, ainda que de forma menos acentuada. De maneiras distintas, tiveram aproximações com o debate dos fundamentos da teoria social crítica e seus aportes para o trabalho profissional.

Frente a isso, considera-se que um dos problemas mais evidentes da formação atual, refere-se à falta de mediações pedagógicas construídas em sala de aula que buscassem o exercício da relação teoria e prática no cotidiano profissional, levando em consideração a instrumentalidade do Serviço Social. Esse é outro aspecto evidenciado na pesquisa de campo que se tem apresentado como um grande desafio para a formação profissional, já que no trabalho profissional as entrevistadas têm encontrado dificuldades no uso e na interpretação dos instrumentais de trabalho.

Nesse sentido, estudar a temática do trabalho na política de Assistência Social, resulta na conclusão de que a formação acadêmico-profissional não se encerra com a graduação; ao contrário, deve ser um processo permanente e contínuo na busca pelo conhecimento e pela capacitação profissional. E nesse aspecto, é de grande relevância registrar importantes conquistas no âmbito da gestão do trabalho na Política Nacional de Assistência Social, como a NOB/RH/SUAS e a Política Nacional de Educação Permanente

do SUAS, que dependem da organização e da pressão coletivas para sua efetiva implementação, principalmente pelos gestores municipais.

Sendo assim, finaliza-se este estudo com as palavras de Raichelis (2010), quando ressalta que, mesmo, os(as) assistentes sociais, como trabalhadores(as) assalariados(as), subordinados(as) às normas e enquadramentos institucionais, ousam se organizar e se mobilizar no interior do coletivo de trabalhadores, na defesa de um projeto emancipatório de profissão e de sociedade.

4. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Mercantilização do ensino e ensino à distância**. PUCviva, São Paulo, ano 10, n 35, p. 03, maio/ago 2009.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo**. São Paulo, Tese de doutorado entregue à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015, p.165.

ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. [reimpre.] São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Da especialização à flexibilização: as formas da Educação no modo de produção capitalista**. In: Fabiane Santana Previtali (Organizadora), Trabalho, educação e reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 2012a, p.15-24.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

ANTUNES, Caio Sgarbi. **Trabalho, Educação e Alienação: A Educação em Meszários**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, Kátia. **Ensino à distância, organismos internacionais e mercantilização da Educação Superior**. PUCviva, São Paulo, ano 10, n 35, p. 6-12, maio/ago 2009.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, Livro I**. Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 72.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. In: Serviço Social & Sociedade, n.104, p.750-772, out/dez, 2010.

_____. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** In: Serviço Social e Sociedade, n.107, p.420-437, jul/set 2011.